



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026**

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, nesta cidade, CNPJ/MF nº. 87.990.800/0001-85, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JUSSARA MARIA DA SILVA**, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, estabelecido na ....., nº. ...., CEP XX.XXX-XXX, Bairro ....., na cidade de ....., a seguir denominada CONTRATADA, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e ao Decreto Municipal nº 7.589 de 27 de dezembro de 2022, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviço, relativo originário do Pregão Eletrônico 018/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de remoção de entulhos, mobiliários inservíveis e materiais descartados nas unidades escolares, mediante disponibilização de:

- a) **01 (um) caminhão basculante** (tipo toco, capacidade mínima de 6m<sup>3</sup>, potência mínima 185 CV);
- b) **01 (um) motorista** devidamente habilitado para a condução do veículo ofertado;
- c) **03 (três) auxiliares de serviços gerais.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO**

**2.1.** Ficam conferidas ao CONTRATANTE as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº. 14.133/21, sendo que os casos omissos serão resolvidos na forma disciplinada pelo artigo 89 da Lei Federal nº. 14.133/21.

**2.2.** Aplicam-se ao presente instrumento o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como o disposto no Edital de nº. 018/2026, seus anexos e supletivamente, as regras de direito privado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**3.1.** O contrato terá vigência de **03 (três) meses**, a contar da data de assinatura/ordem de início, podendo ser prorrogado apenas se houver necessidade técnica devidamente justificada pela Administração, respeitados os limites da Lei 14.133/2021.

**3.2.** Para a perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo a sua substituição quando necessário.

**3.3.** A contratada deverá seguir as **diretrizes do Termo de Referência e demais anexos** do Edital do Pregão Eletrônico 018/2026.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**4.1.** O Município pagará à contratada a importância constante na Proposta Financeira apresentada do Pregão, de acordo com o respectivo tipo de serviço prestado.

Item	Descrição	UN	Qtd	Valor Unitário	Valor Total Global
1					

**4.2.** A medição será realizada mensalmente, com base nas **horas efetivamente trabalhadas**, devidamente atestadas pela fiscalização através de diário de bordo ou relatório de execução.

**4.3.** Não serão computadas para fins de pagamento as horas em que o veículo ou a equipa estiverem indisponíveis por situações concernentes à Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado em 30 dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA com base nas medições de serviços executados, devidamente aprovados pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato.

**5.2.** Para fins de medição, a CONTRATADA deverá manter **diário de bordo** do veículo e folha de ponto da equipe, comprovando a jornada de 40 horas semanais prevista no TR.

**5.3.** O pagamento, referente aos serviços executados ficará, também, condicionado à apresentação de documento do fiscal do contrato, confirmando a execução dos serviços e atestando o pagamento a ser feito à CONTRATADA, por meio de certificado específico.

**5.4.** A Prefeitura poderá condicionar o pagamento da prestação, a qualquer tempo, mediante o comprovante da regularidade da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, GFIP.

**5.5.** Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).

**5.6.** Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, observado o art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e os arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo CONTRATANTE.

**5.7.** O pagamento será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos.

**5.8.** O valor devido será apurado pelo responsável pela Fiscalização, após a medição dos serviços efetivamente realizados.

**5.9.** A liquidação da despesa será realizada mediante a apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, contendo a descrição do objeto e ateste emitido pela fiscalização, os quais serão objeto de verificação pelo setor competente.

**5.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

**5.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.12.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**5.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**5.14.** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**5.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

**5.16.** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante a aplicação do IPCA como índice de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês.

**5.17.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente, devendo a CONTRATADA informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão MUNICÍPIO, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

**5.18.** Por ocasião do pagamento serão procedidas às retenções cabíveis na forma da legislação vigente.

**5.19.** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará na sua aceitação definitiva do objeto contratual.

**5.20.** Todo e qualquer atraso ocorrido por parte da CONTRATADA, implicará em atraso proporcional no pagamento, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

**5.21.** O serviço deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, nos termos do disposto no § 2º, do art. 137 da Lei 14.133/2021.

**5.22.** A nota fiscal deverá ser apresentada constando:

**5.22.1.** o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) fornecido na fase de habilitação da licitação;

**5.22.2.** o número do contrato;

**5.22.3.** o número da licitação;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 5.23.** Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverá fornecer o comprovante de adesão a esse regime;
- 5.24.** o nome e número da agência bancária e número da Conta Corrente, onde deverá ser realizado o pagamento.
- 5.25.** Não serão realizados pagamentos diretamente a terceiros contratados pela CONTRATADA, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

- 6.1.** Havendo prorrogação de prazo, o preço do contrato será reajustado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado (julho de 2025), com base na variação do IPCA (IBGE), conforme Decreto Municipal nº 5807, de 25 de junho de 2015, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante expressa e fundamentada solicitação da CONTRATADA, a qual será dirigida ao Gestor do Contrato via Protocolo Digital e, acaso aprovada por este e pela(o) Secretária Municipal de Saúde (SMS), efetivado por termo de apostilamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 7.1.** A execução da prestação de serviço deverá ser iniciada até 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de início emitida pela SMEd;
- 7.2.** O objeto do contrato será recebido:
- 7.2.1.** Provisoriamente, pelo gestor e pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
  - 7.2.2.** Definitivamente, pelo gestor – em conjunto com o fiscal do contrato – e o secretário da pasta, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, especialmente a medição das horas trabalhadas e a comprovação da destinação correta dos resíduos;
- 7.3.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;
- 7.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Obrigações Operacionais e Técnicas (conforme Termo de Referência):**
- 8.1.1.** Disponibilizar, para a execução da força-tarefa, 01 (um) caminhão basculante tipo toco, com capacidade mínima de 6m<sup>3</sup> e potência mínima de 185 CV, em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza.
  - 8.1.2.** Disponibilizar equipe operacional composta por 01 (um) motorista devidamente habilitado e 03 (três) auxiliares de serviços gerais para a execução dos serviços de remoção de materiais.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**8.1.3.** Fornecer e fiscalizar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os seus colaboradores, sendo no mínimo: luvas de raspa, botas de segurança, uniforme completo e óculos de proteção.

**8.1.4.** Responsabilizar-se integralmente pela destinação final ambientalmente adequada de todos os materiais recolhidos (entulhos e mobiliários inservíveis), em conformidade com a legislação ambiental vigente, arcando com as respectivas taxas de descarte.

**8.1.5.** Arcar com todos os custos de combustível, manutenção, lubrificantes e demais insumos necessários à operação do veículo, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais da equipe.

**8.1.6.** Providenciar a substituição imediata do veículo ou de qualquer membro da equipe em caso de falta, avaria ou impedimento, sob pena de não medição das horas de interrupção.

**8.2 Obrigações Jurídicas e de Responsabilidade:**

**8.2.1.** Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**8.2.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.2.3.** Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços, observando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**8.2.4.** Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

**8.2.5.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, nos limites estabelecidos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**9.1.** O contrato terá vigência de 03 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura [ou da emissão da Ordem de Início, conforme sua preferência de praxe], podendo ser prorrogado apenas em caráter excepcional, mediante termo aditivo, caso persista a necessidade técnica e haja disponibilidade orçamentária, observados os limites da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.** A execução dos serviços deverá seguir o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, de modo a garantir a conclusão da força-tarefa de limpeza dentro do prazo de vigência estipulado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações da Contratante, além das previstas em lei:

**10.1.1.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, inclusive quanto ao uso de EPIs e à adequação técnica do veículo.

**10.1.2.** Elaborar e fornecer à Contratada o cronograma de atendimento das unidades escolares, garantindo o livre acesso da equipe e do veículo às dependências das escolas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**10.1.3.** Conferir e atestar as medições de horas efetivamente trabalhadas, servindo-se do diário de bordo e relatórios como base para o pagamento.

**10.1.4.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor e prazos estabelecidos neste instrumento, após o devido ateste da prestação do serviço e a comprovação da destinação final adequada dos resíduos.

**10.2.** A gestão e a fiscalização deste contrato, para fins de acompanhamento direto e aplicação das obrigações acima, serão exercidas pelos seguintes servidores:

**Gestora do Contrato:** Michelli Linhares de Bastos (Matrícula: 15319)

**Sector:** Núcleo de Compras, Contratos, Parcerias, Programas Federais e Obras.

**Contato:** contratos.smed@cachoeirinha.rs.gov.br

**Fiscal do Contrato:** Rosângela Martins das Neves (Matrícula: 10700)

**Sector/Departamento:** Administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**11.1** As despesas decorrentes deste contrato serão lançadas na seguinte unidade orçamentária, da Secretaria Municipal de Educação:

**Código Reduzido:** 641

**Órgão:** 8 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Unidade:** 1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Projeto Atividade:** 2034 – Manutenção do SMED

**Vínculo:** 16011401 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde – Reforma UBS Carlos Wilkens – Proposta nº11686.9230001/24-006 – Requalifica UBS – Portaria GM/MS nº 5.232, 15/08/2024.

**Subelemento:** 34490519900000000000 – Outras Obras e Instalações

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Rosângela Martins das Neves**, Matrícula 10700, que exercerá as atribuições de acompanhamento direto e registro de ocorrências.

**12.2.** A gestão administrativa e financeira ficará a cargo da servidora **Michelli Linhares de Bastos**, Matrícula 15319.

**12.3.** O recebimento do objeto será realizado da seguinte forma:

**12.3.1. Provisoriamente:** Mediante a conferência mensal das horas trabalhadas, confrontando o Diário de Bordo do veículo e a folha de ponto da equipe;

**12.3.2. Definitivamente:** Em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante ateste da fiscalização de que todos os materiais foram retirados e devidamente descartados conforme os comprovantes de destinação ambiental apresentados.

**12.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

**12.5.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**12.6.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, referente à mão de obra alocada em sua execução, inclusive às verbas rescisórias;

**12.7.** A execução do contrato a ser firmado será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidor devidamente designado, cujas atribuições básicas, além de outras, são:

**12.7.1.** Solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

**12.7.2.** Emitir pareceres em todos os atos das empresas relativas à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações, rescisões ou quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços;

**12.7.3.** Solicitar substituições quando julgar necessárias.

**12.8.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Município reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços objeto desta Contratação;

**12.9.** As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do Secretário de Educação do Município, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;

**12.10.** As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelo Município serão registrados e comunicados, por escrito, à Contratada, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência;

**12.11.** A fiscalização da Administração não permitirá que se executem tarefas em desacordo com as tarefas preestabelecidas;

**12.12.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e preposto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, sendo necessário termo aditivo para readequação do cronograma físico-financeiro.

**13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

**a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**13.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**13.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.4.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.4.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3.3.** Indenizações e multas.

**13.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.7.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O CONTRATADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas ao CONTRATADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I) ADVERTÊNCIA**, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

I.1) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;

I.2) inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

II) A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.
- II.4) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.
- II.5) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.
- II.6) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

III) A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CONTRATADO se:

- III.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III.2) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III.4) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- III.5) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV) A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

- IV.1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- IV.2) Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor adjudicado, se o CONTRATADO:
  - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV.3) Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, quando o CONTRATADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV.4) Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- IV.5) Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
- IV.6) Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de:
  - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

**14.3.** Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

- I) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- II) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.4.** Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

**14.5.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**14.6.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**14.7.** Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

**14.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

**14.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS PRAZOS PARA RESPOSTA AOS PEDIDOS DE REAJUSTE**

**15.1.** Os pedidos de reajuste serão respondidos pelo Gestor do Contrato e pelo Secretário da pasta no prazo máximo de 30 dias, sendo a decisão, caso favorável, encaminhada para a Superintendência de Compras e Licitações para confecção de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Cachoeirinha, RS, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**17.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aqueles em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**17.5.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**17.6.** O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**17.7.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, permitindo auditorias solicitadas pelo contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e seus Anexos, especialmente o Termo de Referência nº 07/04, bem como a proposta da CONTRATADA.

**18.2.** A CONTRATADA vincula-se a todos os termos de sua proposta técnica e comercial apresentada no certame.

**18.3.** As partes declaram que este contrato representa a síntese de seus entendimentos e que qualquer alteração deverá ser feita por meio de Termo Aditivo, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021.

**18.4.** E, por estarem justos e combinados, o presente contrato será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, de forma eletrônica, produzindo seus efeitos jurídicos e legais.

Cachoeirinha/RS,        de        de 2026.

JUSSARA MARIA DA SILVA  
Prefeita Interina